



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE  
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



## 51º CONSELHO DIRETOR 63ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL

Washington, D.C., EUA, 26 á 30 de setembro de 2011

---

*Tema da Agenda 4.12*

CD51/15, Rev. 1, Add. I (Port.)  
28 de setembro de 2011  
ORIGINAL: ESPANHOL

### MESA-REDONDA SOBRE A RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS

#### Relatório resumido do debate

#### Introdução

1. O 51.º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde proporcionou aos Estados Membros a oportunidade de analisar e debater o impacto da resistência aos antimicrobianos sobre a saúde pública, bem como as intervenções que devem ser feitas para minimizar as consequências dessa ameaça para o controle das doenças infecciosas.
2. Esta mesa-redonda é realizada com respeito ao tema do Dia Mundial da Saúde 2011: “Combata a resistência aos antimicrobianos: se não agirmos hoje, não haverá cura amanhã”. Esse tema realça a importância da contenção da resistência aos antimicrobianos e visa assegurar que sejam instituídas e cumpridas medidas que possam reduzir e evitar a disseminação de formas farmacorresistentes de doenças em geral fatais.

#### Resumo da justificativa

3. Os Estados Membros e a Repartição Sanitária Pan-Americana estão conscientes da relevância desse tema há mais de uma década. O 41º Conselho Diretor aprovou a Resolução CD41.R14 (1999) sobre *Doenças Infecciosas Emergentes e Reemergentes e Resistência aos Antimicrobianos*, que insta os Estados Membros a “reexaminarem as políticas e os mecanismos legais que regem o uso racional dos antimicrobianos, com o objetivo de introduzir mudanças que visem controlar o crescimento da resistência a esses medicamentos” (parágrafo 1.c). A Assembleia Mundial da Saúde, na Resolução WHA58.27 (2005), solicitou à diretora-geral que ampliasse e fortalecesse o apoio técnico aos Estados Membros de modo a acelerar a execução das Resoluções WHA51.17 (1998) e WHA54.14 (2001) com respeito à contenção da resistência aos antimicrobianos e à segurança sanitária, ampliando e fortalecendo a prestação de apoio técnico aos Estados

Membros. Na resolução WHA51.17, os Estados Membros foram instados a adotar medidas tendentes a promover o uso apropriado e com boa relação custo-benefício dos antimicrobianos; a proibir a distribuição de antimicrobianos sem prescrição ou receita de um profissional de saúde qualificado e a melhorar as práticas para prevenir a propagação da infecção e, portanto, a propagação de patógenos resistentes. Os países também foram instados a desenvolver sistemas sustentáveis para detectar patógenos resistentes e para vigiar as quantidades e as modalidades de uso dos antimicrobianos e os efeitos das medidas de contenção. Na resolução WHA60.16, a Assembleia da Saúde solicitou à diretora-geral que fortalecesse a liderança da OMS para promover o uso racional dos medicamentos de forma documentada cientificamente e ajudar os países a levar a cabo os programas nacionais.

4. No debate da mesa-redonda, os ministros da saúde tiveram a oportunidade de discutir o impacto da resistência aos antimicrobianos partindo de diferentes perspectivas: impacto socioeconômico e sobre a saúde, informação epidemiológica e seu possível uso, e métodos de controle. As conclusões desse debate devem ajudar a orientar as estratégias e as atividades para contenção da resistência aos antimicrobianos. Para facilitar o exercício da governança pelos ministérios, a OMS lançou, por ocasião do Dia Mundial da Saúde, um pacote de políticas que constitui a estrutura das intervenções específicas: a) comprometimento com um plano nacional integral e financiado com responsabilidade e participação da sociedade civil; b) reforço da vigilância e capacidade dos laboratórios; c) garantia de acesso ininterrupto aos medicamentos essenciais de qualidade assegurada; d) regulamentação e promoção do uso racional de medicamentos, inclusive na criação de animais, e garantia de atenção adequada aos pacientes; e) melhoria da prevenção e controle de infecções e f) fomento a inovações e à pesquisa e desenvolvimento de novas ferramentas.

5. Dr. Patrick Kelley, Diretor do Conselho para o Desenvolvimento da Academia de Ciência Africana do Instituto de Medicina dos Estados Unidos, fez o discurso de abertura da Mesa Redonda. Em sua apresentação, o Dr. Kelley explicou como a resistência aos antimicrobianos tem impacto sobre a morbimortalidade das doenças não transmissíveis e sobre os custos dos tratamentos de saúde. Combinado com o desenvolvimento cada vez menor de novos antimicrobianos, isso ressalta a necessidade de intervenções complexas para conter as resistências, abrangendo sua vigilância, o controle de infecções associadas à atenção à saúde, a seleção e a qualidade dos medicamentos, o uso racional de antimicrobianos na indústria agropecuária e a educação da comunidade.

### **Resultado das discussões sobre o impacto social, econômico e de saúde da resistência aos antimicrobianos**

6. Foram apresentados aos Estados Membros alguns custos diretos e indiretos da resistência antimicrobiana. Entre os custos diretos, figuram uma maior quantidade de dias

de hospitalização, o aumento do uso de antimicrobianos de segunda ou terceira geração, a busca e o diagnóstico para detectar a disseminação de cepas resistentes e as medidas de contenção e isolamento. Entre os custos indiretos, foram mencionadas o peso econômico para o paciente e a família causado pelos dias perdidos adicionais, a perda de saúde do paciente e o aumento do tempo de incapacidade, bem como a perda da eficácia dos medicamentos e da confiança no sistema de saúde. Os Estados Membros reconheceram não ter conseguido determinar a totalidade dos custos.

7. Alguns Estados Membros se referiram ao problema do acesso à saúde, uma vez que os sistemas de saúde fragmentados administram de maneira diferenciada o problema das infecções hospitalares, e o acesso tem alguma relação com o desenvolvimento das resistências. Em alguns países, revelou-se um aumento considerável de surtos nos quais são registrados falecimentos relacionados com infecções hospitalares causadas por bactérias multirresistentes. Embora exista, em alguns países, legislação orientada para limitar o uso dos antimicrobianos com receita médica, na prática é difícil fazer cumprir esse aspecto. Assim, é necessário que a legislação seja mais rigorosa quanto ao controle do uso dos antimicrobianos, à prescrição no uso ambulatorial e na comunidade, ao tempo de tratamento e às doses. Além disso, deve-se contar com meios de diagnóstico rápido para apoiar a prescrição adequada dos antimicrobianos e outras medidas de controle das infecções, como a higiene das mãos, a vigilância e o rápido isolamento após o diagnóstico.

8. Também manifestou-se o interesse quanto à vigilância do uso de antimicrobianos no setor agropecuário e à necessidade de contar com uma análise de custo-benefício que mostre o efeito do uso desses medicamentos nesse setor e seu custo para a saúde humana. O setor da saúde humana já reconheceu o perigo do uso indevido dos antimicrobianos nos seres humanos e se deseja que o setor agropecuário também reconheça esses riscos. É necessário estabelecer uma maior regulamentação voltada para a indústria agropecuária quanto à restrição e às condições de uso dos antimicrobianos, além de mecanismos de vigilância que respondam a esses questionamentos.

9. Alguns países obtiveram êxito na implementação de medidas para reduzir o uso desnecessário de antimicrobianos, como a redução da sua prescrição em tratamentos considerados não indicados clinicamente, estratégias de comunicação social para reduzir o uso inadequado de antimicrobianos por parte do público em geral e a implementação de um sistema de informação para avaliar o efeito das medidas estabelecidas. Além disso, alguns Estados Membros adotaram medidas rigorosas de controle das bactérias resistentes, com a conseqüente redução da disseminação dessas bactérias e uma redução da resistência aos antimicrobianos em alguns patógenos marcadores.

10. Se a resistência aos antimicrobianos não for controlada, as medidas para combatê-la, especialmente em situações de surto, têm um custo excessivamente alto,

e esse custo normalmente é coberto pelo orçamento nacional, o que reduz os recursos que, nas demais situações, poderia ter sido destinado a outras áreas da saúde pública. Os Estados Membros manifestaram seu interesse em conhecer as ações da OPAS/OMS para combater a resistência aos antimicrobianos, bem como as medidas para salvaguardar a eficácia desses medicamentos. A OPAS/OMS está disposta a estabelecer diretrizes para alinhar as contribuições dos países mediante a elaboração de uma estratégia que defina as pautas regionais para o controle da resistência aos antimicrobianos.

### **Resultado do debate sobre a magnitude da resistência aos antimicrobianos na Região e suas tendências**

11. O Vice-presidente do Conselho Diretor iniciou o debate sobre os avanços e sobre os desafios para a vigilância da resistência aos antimicrobianos na Região. Ressaltou que a vigilância é necessária para estabelecer as estratégias e políticas para contenção da resistência. O palestrante, Dr. Mario Raviglione, comentou o pacote mundial de políticas da OMS apresentado no âmbito do Dia Mundial da Saúde, servindo-se de exemplos de diferentes regiões e de doenças como a malária e a tuberculose, bem como de patógenos, como o *Shigella* spp. e o *Staphylococcus aureus* resistente à metilina. Esses exemplos são o resultado de sistemas de vigilância bem-sucedidos baseados em dados de laboratório e empregados na tomada de decisões.

12. Os Estados Membros manifestaram sua preocupação com a falta de dados representativos sobre a resistência antimicrobiana em alguns países da Região. Isso é um sinal de alerta sobre a capacidade e sobre a confiabilidade das informações dos laboratórios de microbiologia, que precisam cumprir as normas internacionais de qualidade.

13. A respeito do uso das informações dos laboratórios de microbiologia, foi mencionada a importância de contar, em nível nacional e supranacional, com laboratórios de referência que apoiem a análise e a detecção de mecanismos de resistência emergentes, cujas informações se revertam em um aumento da capacidade da rede de laboratórios e na tomada de decisões acertadas. Além disso, manifestaram que têm sido úteis os sistemas eletrônicos para o monitoramento da resistência e do consumo de antimicrobianos.

14. Os “comitês de antimicrobianos”, criados por mandato governamental, são um mecanismo que facilita o uso das informações sobre a resistência aos antimicrobianos para a formulação de políticas voltadas para a contenção. A vontade política formalizada por meio de acordos ministeriais tem sido crucial para promover o uso racional de antimicrobianos, o que implica a capacitação dos profissionais da saúde e a educação da comunidade. Alguns Estados Membros trocaram experiências de sucesso na

regulamentação da dispensação de antimicrobianos, baseadas em evidências e nos dados da vigilância.

### **Resultado do debate sobre o enfoque multifacetado para conter a resistência aos antimicrobianos**

15. O Vice-presidente do Conselho Diretor fez uma breve introdução do tema, ao qual se seguiu a apresentação do Dr. José Orozco, representante da organização ReAct Latin America. O Dr. Orozco expressou que, apesar de existirem conhecimentos e avanços consideráveis sobre a resistência aos antimicrobianos, eles não são suficientes e faz-se necessária uma abordagem holística e inovadora que inclua aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e territoriais, com a participação ativa da comunidade e a atenção primária à saúde. Ressaltou a importância de construir uma abordagem diferente para o problema da resistência aos antimicrobianos; compreender os processos de determinação social e atuar sobre eles; fortalecer os conhecimentos e as ferramentas técnicas de comunicação e educação; construir formas autônomas de participação comunitária e com base no trabalho em rede; e capacitar e contribuir para a pesquisa de novos antimicrobianos, com a participação não apenas da indústria e da comunidade acadêmica, mas também das autoridades reguladoras.

16. Durante as deliberações dos Estados Membros, foi mencionada a importância desse tema nos países e da formulação de políticas regionais e sub-regionais. Por exemplo, a CARICOM recentemente incluiu em sua política o fortalecimento dos mecanismos regulatórios e sua harmonização, em linha com os objetivos da Rede Pan-Americana para a Harmonização da Regulamentação Farmacêutica (Rede PARF), além da capacitação de profissionais da saúde e da aquisição de medicamentos de qualidade.

17. Os delegados também manifestaram a necessidade de elaborar diretrizes farmacêuticas e de prescrição de antimicrobianos nos diferentes níveis (primário, secundário e comunitário), bem como de combater a automedicação com intervenções educacionais que envolvam os consumidores, fomentar a qualidade dos antimicrobianos e regulamentar a distribuição de amostras grátis de antimicrobianos pela indústria farmacêutica.

18. Os países manifestaram seu interesse em que a Repartição Sanitária Pan-Americana os apoie na consolidação e fortalecimento de suas autoridades reguladoras. Embora muitos dos países da Região contem com legislação sobre o tema, é necessário que os países que tiveram sucesso na aplicação e cumprimento compartilhem suas experiências. Também é importante fortalecer a infraestrutura para o controle das infecções em âmbito hospitalar e comunitário. Em consequência, é necessário apoiar a

elaboração de um plano regional que considere todos os aspectos ressaltados anteriormente.

**Resultado das discussões sobre recomendações a serem implementadas pela Repartição Sanitária Pan-Americana e pelos Estados Membros**

19. A resistência aos antimicrobianos constitui uma ameaça para a saúde, tem um alto custo socioeconômico e requer uma resposta multissetorial. A função gestora do governo é, portanto, fundamental para seu êxito. Na prática, essa gestão parte de uma estrutura jurídica, política e reguladora que abranja todos os aspectos do ciclo de uso dos antimicrobianos, a vigilância laboratorial da resistência e o controle das infecções associadas à atenção de saúde. A aplicação dessa estrutura deve ser sustentada pela troca de experiências bem-sucedidas e de boas práticas, bem como pela cooperação entre os Estados Membros.

20. Os Estados Membros solicitaram à Repartição Sanitária Pan-Americana a elaboração de uma estratégia regional e um plano de ação para conter a resistência aos antimicrobianos, com vistas a orientar as políticas e os planos operacionais nacionais, a serem apresentados na próxima reunião dos Órgãos Diretivos.

21. Este documento contém os resultados do trabalho realizado na mesa-redonda e é submetido à consideração do Conselho Diretor para que este possa determinar os próximos passos a serem adotados nos meses seguintes para enfrentar, de maneira eficiente, o desafio que a resistência aos antimicrobianos representa para a saúde pública.

- - -